

Prefeitura amplia número de cuidadores nas escolas

Vereador critica modelo de contratação após anúncio de reforço na rede

Por Moara Semeghini

A Prefeitura de Campinas anunciou nesta semana o reforço de 25 cuidadores na rede municipal de ensino, elevando para cerca de 700 o total de profissionais que atuam no suporte a alunos da educação especial. A ampliação ocorre após um aditivo no contrato com a empresa responsável pelo serviço e, segundo a Secretaria de Educação, já estava prevista desde dezembro de 2025 para atender à possível expansão de turmas.

De acordo com a administração municipal, o aumento recente faz parte de um movimento contínuo de recomposição do quadro. Em cerca de um mês, a rede registrou acréscimo de aproximadamente 100 profissionais. A Secretaria também afirma que mantém fiscalização permanente sobre a empresa contratada, incluindo a cobrança por reposição ágil em casos de ausência

ou rotatividade. Os cuidadores são responsáveis por auxiliar estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, especialmente quando há comprometimentos motores ou sensoriais severos. Entre as atribuições estão apoio na locomoção, alimentação, higiene e uso de recursos de acessibilidade, conforme avaliação das equipes escolares.

A definição do número de profissionais por aluno considera as necessidades individuais e o contexto de cada unidade. Em alguns casos, um cuidador pode atender mais de um estudante; em situações específicas, é designado atendimento exclusivo. A Prefeitura destaca ainda que todas as escolas com alunos da educação especial contam com professores especializados para o acompanhamento pedagógico.

Em resposta ao anúncio, o vereador Wagner Romão afirmou



Estudantes na aula de Educação Física na escola Emef Corrêa de Mello, em Campinas

nesta quinta-feira (16) que, embora o aumento no número de profissionais seja positivo, o modelo de contratação adotado pela Prefeitura é inadequado.

“Claro que é importante que mais profissionais sejam contratados, mas segue um modelo ruim, equivocado, de contratação. A terceirização gera uma rotatividade muito grande, é uma situação precária de trabalho”, disse.

O parlamentar defende que o município substitua o modelo atual por concursos públicos. “Nossa defesa é que a Prefeitura se adequa à legislação nacional recente e promova concurso público, tanto para cuidadores quanto para profissionais da pedagogia”, afirmou. Segundo ele, a criação de cargos específicos seria fundamental para garantir não apenas o cuidado, mas também o apoio pedagógico necessário ao desenvolvimento dos estudantes. “É preciso que as crianças e ado-

lescentes tenham condições reais de desenvolver suas capacidades, tanto em sala de aula quanto no ambiente escolar como um todo”, completou.

A fala ocorre dias após o vereador encaminhar uma denúncia ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), apontando possível falta de professores de apoio e cuidadores na rede municipal para alunos com deficiência e neurodivergentes. Na representação, Romão afirma que a escassez desses profissionais compromete o direito à educação inclusiva e impacta diretamente famílias, estudantes e equipes escolares.

Relatos de profissionais da rede também indicam dificuldades no cotidiano das escolas, com casos em que educadores precisam acumular funções diante da ausência de cuidadores. Segundo o vereador, o problema não é pontual, mas atinge diferentes unidades do município.

A legislação brasileira prevê o direito à educação inclusiva e ao atendimento especializado na rede regular de ensino. A Constituição Federal, a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecem a obrigatoriedade de suporte adequado aos alunos com necessidades específicas.

O reforço anunciado pela Prefeitura, somado às críticas sobre o modelo de contratação e às denúncias recentes, evidencia o desafio de estruturar a política de inclusão nas escolas municipais, garantindo não apenas a ampliação do número de profissionais, mas também condições de trabalho e atendimento consideradas adequadas por especialistas e representantes do setor, além de mecanismos de acompanhamento mais transparentes sobre a distribuição desses profissionais nas unidades da rede.

Banco de dados inédito revela padrões de desinformação antivacina no Telegram

Freepix

Um grupo multidisciplinar reunido pelo Laboratório de Inteligência Artificial Recod.ai, da Unicamp, mergulhou nas redes sociais e agrupou quatro milhões de postagens com apenas um objetivo: traçar os caminhos da desinformação antivacina que circula pelo aplicativo de mensagens Telegram no Brasil. O conjunto coletado inclui 1,4 milhão de arquivos de imagem, vídeo, áudio e enquetes, tudo compartilhado organicamente pelos usuários das redes ou turbinado pelos algoritmos. Com base nesses materiais, os pesquisadores criaram um banco de dados totalmente aberto, para uso sem finalidades comerciais, que está disponível no Repositório de Dados da Universidade. Trata-se de uma ferramenta que auxilia na valorização

da verdade quando o assunto é saúde pública.

A análise abrangeu publicações feitas entre janeiro de 2020 e junho de 2025. O recorte temporal teve início nas primeiras semanas após a descoberta do coronavírus da covid-19 e se estendeu até os anos pós-pandemia, período de considerável circulação de desinformação na área de saúde, principalmente sobre a eficácia de tratamentos.

“Queremos entender melhor as motivações e estratégias de propagação da desinformação, mais precisamente na questão da vacinação. O tipo de comunicação que sobrevive, ganha força e se propaga nesse meio tem muita semelhança com os mecanismos de seleção natural que vemos na natureza. Se algum tipo de narra-



Conjunto de dados ocupa 5,5 terabytes de armazenamento

tiva não está gerando engajamento, naturalmente as pessoas vão parar de reproduzi-la”, explica Leopoldo Lusquino Filho, colaborador do Recod.ai e docente da Unesp. “Nós fizemos uma aná-

lise e conseguimos identificar que existem canais que só disseminam desinformação, outros que apenas a compartilham, e os que fazem as duas coisas. Existe uma estratégia por trás disso. Eventos

externos, como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, geram um efeito dominó nessas redes. É possível perceber também que há muitas mensagens compartilhadas por robôs”, detalha o pesquisador. Ainda de acordo com Lusquino Filho, o fato de 2026 ser um ano eleitoral no Brasil tende a intensificar a circulação de conteúdos desinformativos. Isso porque as áreas de saúde e política acabam integrando disputas ideológicas que ficam mais acirradas nesse período. “Tivemos contato com outras agências de verificação de informações e elas confirmaram que nunca houve uma quantidade tão grande de desinformação política quanto neste ano”, aponta.

As informações são do **Jornal da Unicamp.**